

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Corporativo

FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR
FRANCISCO GROS
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO
JORGE HILÁRIO GOUVEA VIEIRALUIS OCTAVIO DA MOTTA VEIGA — *Diretor Presidente*DACIO MALTA — *Editor*MANOEL FRANCISCO BRITO — *Editor Executivo*
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*NELSON BAPTISTA NETO — *Diretor*
ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*
SÉRGIO RÉGO MONTEIRO — *Diretor*

A Fênix Histórica

Em política, o moralismo é utilizado menos como exigência de padrões elevados do que como canal baixo de mobilização social. Não mantendo compromisso com o sistema filosófico fundado na moral, o moralismo não passa de caricatura de princípios, atrás dos quais se esconde a pretensão de alcançar objetivos políticos inconfessáveis.

No Brasil, o moralismo tem presença epidêmica e registra surtos periódicos, quase sempre de alcance eleitoral. Normalmente, precede eleições presidenciais, mas houve época em que foi utilizado para confundir a opinião pública e perturbar a posse dos eleitos. A sua segunda natureza é o espírito golpista que o anima. Embora recurso político universal, o moralismo adquiriu características próprias na vida brasileira e passou a fazer parte dos nossos hábitos, com peso cultural.

“Quando a moral individual decai, decai igualmente a moral política”, sentencia Sólon. O diagnóstico dos males brasileiros ajusta-se à observação do legislador ateniense. O desajustamento ético pode ser observado na sociedade e no Estado, na vida privada e na vida pública.

A prolongada desordem financeira e a persistente inflação, de um lado, e o oportunismo dos políticos que põem os seus interesses acima dos interesses nacionais, de outro, anestesiaram a confiança dos cidadãos nas leis obsoletas, insuficientes para corrigir os abusos que se repetem. O peso da moral ficou leve para os cidadãos e os políticos que se permitem fazer do mandato representativo oportunidade de enriquecimento pessoal.

O eufemismo que se proclama *sobra de campanha*, como explicação obscura para a coleta de altíssimas contribuições, à sombra do anonimato, ofende os contribuintes e não é esclarecimento satisfatório. Formou-se então nova onda de moralismo. A CPI que se criou para apurar a denúncia do próprio irmão resultou no *impeachment* do presidente Fernando Collor. E, a partir do fato inédito, aflorou na política brasileira um veio de moralismo ao qual a proximidade do ano eleitoral confere agora teor valioso.

A CPI do Orçamento pode ser uma verdadeira mina, mas ameaça desabar sobre os que escavam no interior do escândalo. Enquanto alguns procuram notoriedade e votos, outros cavam a sepultura eleitoral. A cada dia, o rastreamento envolve maior número e chega às raízes do corporativismo. Os políticos brasileiros oscilam entre o prazer arrogante da pasmação legislativa, que se dispensa de explicar-se, e a excitação das crises que lhes conferem importância como mediadores de soluções aparentes.

Os grandes deflagradores de crises mediante denúncia de corrupção não costumam ser os maiores beneficiários do que sobra. É que as crises têm dinâmica própria e, uma vez detonadas, escapam ao controle dos que não aprendem a distinguir entre

Juno e as nuvens. O mais das vezes o efeito se volta contra os fabricantes de crises, porque o moralismo é de facilíma combustão política mas os incêndios institucionais são sempre difíceis de apagar.

Têm característica de surto moralista as representações que as subcomissões da CPI da Corrupção promovem diariamente de olho nas urnas, sem considerar que podem, com leviandade e falta de provas, prejudicar a própria eleição. Temporadas eleitorais são sensíveis a propostas moralizadoras, e mais ainda quando os costumes públicos andam frouxos por culpa dos políticos e administradores.

O Brasil não deve ao moralismo político senão as lições de que ele se faz acompanhar de crises. Os grandes surtos de denúncia nunca resultaram em normas preventivas de reincidência. Os políticos — esta é a verdade — nunca se lembraram de fechar a porta depois que passaram para o lado de dentro. O moralismo tem sido melhor para alcançar *status* político do que para exercer o mandato. O período constitucional de 1946 a 1968 prestou-se a denúncias, mas não conheceu resultados que o prolongassem: a melhor Constituição que o Brasil já teve foi abatida pelas crises dos que recorriam ao moralismo para conseguir o que as urnas lhes negavam.

Getúlio Vargas, eleito em 1950, teve a posse contestada pelo espírito golpista repellido nas urnas, mas retomado sob a forma de campanha moralista, que proclamou a república do Galeão em 1954 e culminou no suicídio do presidente, sem se esgotar. As consequências fugiram ao controle e impregnaram o processo eleitoral de 1955, até o contragolpe que restabeleceu em 11 de novembro para garantir a posse do eleito.

A exceção confirma a norma: depois de não convencer os cidadãos nas eleições presidenciais de 1945, 1950 e 1955, o moralismo foi a plataforma vencedora em 1960. O eleitor acreditou que Jânio Quadros fosse o flagelo dos corruptos, mas ao fim de sete meses foi atropelado pela revelação da fragilidade do farisaísmo político. A moral não vive de retórica nem dos comícios, mas da descrição dos homens com compostura cívica e respeito pelos cidadãos.

Não há nas ondas de moralismo nenhuma garantia real de regeneração dos costumes. Desta vez não está sendo diferente. Nem mesmo se pode contar com um impulso legislativo para moralizar as relações entre o Estado e a sociedade: antes da eleição, porque não haverá tempo; depois, porque a opinião pública nem mais se lembrará. Os que tiverem conseguido se eleger com as denúncias estarão exaustos do esforço de fazer o escândalo.

A CPI do Orçamento ainda não deu conta da sua missão e já se percebe o alargamento do número de suspeitos interessados em ver o circo pegar fogo. O moralismo, como Fênix, renasce das próprias cinzas. Nada lhe custa, portanto, atear fogo, pois nada perde para sempre.